

Cardoso critica processos

Os líderes do PT e do PC do B na Câmara entregaram ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sepúlveda Pertence, dezesseis ações diretas de inconstitucionalidade contra medidas provisórias reeditadas pelo governo, antes de apreciadas pelo Congresso, e contra a MP nº 1.053, que desindexou os salários. Os deputados Jacques Wagner (PT/BA), Aldo Rebelo (PC do B/GO) e outros parlamentares dos dois partidos foram, no início da tarde de ontem, ao apartamento de Pertence, para entregar cópias desses recursos, informou a Agência Brasil.

Em Caracas, o presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a iniciativa da oposição. "Isso é só para ocupar espaço enquanto o Congresso está em recesso", declarou, acrescentando que "não há nada de ilegitimidade" na medida.

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, concorda com o presidente. Segundo afirmou, a atitude do PDT, do PT e do PC do B não tem razão de ser. "É um recurso à judicialização da política. Esse assunto tem que ser conduzido no âmbito dos partidos políticos e não do judiciário", apurou a editora Maria Helena Tachinardi.

A exemplo do PDT, que ajuizou ontem ação semelhante no STF, o PT e o PC do B também requereram a concessão de liminar para que sejam suspensos quatro pontos da MP nº 1.053. Para os dois partidos, a obrigatoriedade de um mediador, quando não houver negociação direta entre patrões e empregados, viola o princípio constitucional que garante o livre acesso à Justiça do Trabalho.

Os líderes questionam também a proibição da concessão dos ganhos de produtividade ou aumento real de salários não amparados em indicadores objetivos pela empresa.